

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.352 - CE (2016/0225836-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : CEARA DIESEL S/A**  
**ADVOGADO : JALES DE SENA RIBEIRO E OUTRO(S) - CE006397**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Ceará Diesel S.A. contra a decisão monocrática de e-STJ, fls. 208-210, por meio da qual não se conheceu do recurso especial da contribuinte ante os óbices da Súmula 211/STJ e das Súmulas 282 e 284 do STF.

Em suas razões, a agravante aponta erro de fato quanto à matéria a ser objeto de julgamento, posto que o acórdão transcrito no relatório da decisão não corresponderia ao que fora impugnado por meio do recurso especial.

A parte agravada não apresentou manifestação.

É o relatório.

Diante das razões apresentadas no agravo interno (e-STJ, fls. 214-218) e considerando a existência de erro material na decisão ora atacada, em atenção ao princípio da fungibilidade recursal, recebo o agravo interno como embargos de declaração.

Do cuidadoso exame da decisão embargada, verifico assistir razão à embargante, pois o acórdão transcrito como objeto do recurso especial não corresponde ao aresto exarado nos presentes autos.

Desse modo, torno sem efeito a decisão atacada, procedendo, de pronto, à nova análise do recurso da contribuinte.

Trata-se de recurso especial interposto por Ceará Diesel S.A. contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 127):

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRÉVIA COMPENSAÇÃO. !LIQUIDEZ DO TÍTULO. INOCORRÊNCIA. SIMPLES CÁLCULOS ARITMÉTICOS PARA DEFINIÇÃO DO VALOR DEVIDO. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DO SALDO. ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL COMPLETA.**

1. Após trânsito em julgado da sentença que condenou a Fazenda Nacional a repetir o indébito, a exequente/embargada, ora apelante, na posse de tal título judicial, procedeu à sua execução, instruindo o requerimento com memória discriminada e atualizada de cálculo. E assim o fez como de direito.

2. É que a sentença transitada em julgada, apesar de não ter definido de antemão precisamente o quantum debeatur, é de fácil liquidação: bastam meros cálculos aritméticos para configuração do título executivo. Nessa hipótese, o nosso sistema processual civil dispensa o prévio incidente de liquidação, sendo suficiente para início da execução o credor instruir seu

pedido com os cálculos que entende corretos.

3. A embargante/executada, em sua ação de defesa, opôs a prévia compensação do indébito já levada a efeito pela exequente, dada a antecipação de tutela concedida no curso da ação de conhecimento. Levantou, então, a tese de iliquidez da obrigação, voltando-se contra o procedimento adotado pela exequente, o que foi acolhido pelo juízo *a quo*.

4. Diferentemente do que sentenciado, não está em execução obrigação ilíquida, a carecer de prévia liquidação - seja no âmbito administrativo ou judicial. É que o "pagamento" - parcial ou não - não compromete a liquidez do título, bastando a elaboração de contas aritméticas (encontro de débitos e créditos em nome do exequente) para se chegar ao saldo remanescente, se houver.

5. É, então, prematura a extinção destes embargos à execução, rejeitando de logo os cálculos da exequente, ao invés de, dada a exceção levantada pela embargante, ser quantificado o que resta de indébito a repetir, resolvendo in totum a questão. O que pode levar, inclusive, à redução da execução a zero. Se é nesta ação de defesa que o devedor pode opor causas extintivas do débito, a exemplo da compensação, tal deve ser devidamente apurado durante a fase instrutória, inclusive com a produção de provas - juntada de documentos, realização de perícia etc.

Apelação a que se dá provimento para anular a sentença e determinar retorno dos autos ao primeiro grau a fim de que apure, se houver, o saldo remanescente em nome da embargada

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados.

A recorrente aponta ofensa aos arts. 461, 471, 472, 473, 474, 515, § 3º, e 535, I e II, do CPC/1973.

Sem contrarrazões recursais.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 183), subiram os autos a esta Corte.

Decido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a parte recorrente não logrou êxito em demonstrar objetivamente os pontos omitidos pelo acórdão combatido, individualizando o erro ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.

Com efeito, esta Corte tem admitido a impossibilidade de se conhecer do apelo nobre pela alegada violação do art. 535 do CPC/1973 nos casos em que a arguição é genérica por incidir a Súmula 284/STF:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF, POR ANALOGIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. OCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se pode conhecer da apontada violação ao artigo 535 do CPC, pois as

# Superior Tribunal de Justiça

alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros ou sobre os quais tenha ocorrido erro material. Incide, no caso, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

[...]

(AgRg no AREsp 469.263/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/3/2014, DJe 21/3/2014)

Ademais, o apelo não comporta conhecimento, porquanto não houve emissão de juízo de valor pelo acórdão recorrido a respeito dos dispositivos tidos por violados, o que inviabiliza a abertura da via especial pela ausência de prequestionamento, incidindo, na espécie, as Súmulas 211/STJ e 282/STF, respectivamente transcritas:

Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte, para que se considere prequestionada certa matéria, é necessário que a questão tenha sido objeto de debate, à luz da legislação federal indicada, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir um juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação a cada caso concreto, o que não se deu na espécie.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATOS DE IMPROBIDADE - ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS - SÚMULA 7/STJ - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 211 DO STJ - INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o seu conhecimento (Súmula 211 do STJ), bem como é manifestamente inadmissível o recurso especial em relação às teses que configuram inovação recursal e, por isso, não foram apreciadas pelo acórdão recorrido.

2. Inviável análise de pretensão que demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. É inadmissível o recurso especial se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e se o Tribunal *a quo* não emitiu qualquer juízo de valor sobre a tese defendida no especial (Súmulas n.ºs 282 e 356/STF).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 15.180/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA

# *Superior Tribunal de Justiça*

TURMA, DJe 10/5/2013)

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para a correção de erro material, e com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

